



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do primeiro semestre de 2019, a BRAM possuía sob gestão R\$ 653.330 milhões distribuídos em 1.257 fundos de investimento e

502 carteiras administradas, atendendo um total de 3.349.820 investidores.

No primeiro semestre de 2019, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 66 milhões, correspondente a R\$ 7.107,44 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 639 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 23,8%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em e caso exerceito, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2019	2018		2019	2018
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	700.982	581.928	CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	494	645	OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.110	56.585
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	654.413	543.056	Sociais e Estatutárias (Nota 12d)	624	629
Carteira Própria	654.413	543.056	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	37.900	37.577
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	45.814	38.216	Diversas (Nota 11b)	21.581	18.384
Rendas a Receber	32.505	26.212			
Diversos	13.309	11.604			
OUTROS VALORES E BENS	261	11	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.400	15.500
Despesas Antecipadas	291	11	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.400	15.500
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.582	3.220	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	258	288
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	10.582	3.220	Diversas (Nota 11b)	16.142	15.212
Diversos	10.582	3.220			
PERMANENTE	3.597	2.817	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	638.651	515.880
INVESTIMENTO (Nota 7)	97	195	Capital:		
Participações em Coligadas e Controladas:			- No País	290.000	290.000
- No País	75	73	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	348.651	265.880
Outros Investimentos	117	334			
Provisões para Perdas	(95)	(212)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.409	1.234			
Outras Imobilizações de Uso	7.000	7.390			
Depreciações Acumuladas	(5.591)	(6.156)			
INTANGÍVEL (Nota 9)	2.091	1.388			
Ativos Intangíveis	7.499	6.103			
Amortização Acumulada	(5.408)	(4.715)			
TOTAL	715.161	587.965	TOTAL	715.161	587.965

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2019	2018	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.130	16.162	190.000	21.189	239.643	-	450.832
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	19.130	16.162	60.000	(6.000)	(54.000)	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.130	16.162					
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	91.926	102.007				65.672	65.672
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	186.816	180.898		3.284	61.764	(65.048)	-
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(56.234)	(49.501)		-	-	(624)	(624)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(17.549)	(14.488)		-	-	-	-
Despesas Tributárias (Nota 16)	(15.706)	(15.016)		-	-	-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	176	533		-	-	66.256	66.256
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	(5.578)	(409)		-	3.313	62.314	(65.627)
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(5.578)	(409)		-	-	(629)	(629)
RESULTADO OPERACIONAL	111.056	118.169					
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(7)	(7)					
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	111.056	118.096					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(44.800)	(52.424)					
Provisão para Imposto de Renda	(24.595)	(23.473)					
Provisão para Contribuição Social	(15.102)	(9.692)					
Ativo Fiscal Diferido	(5.103)	(5.103)					
LUCRO LÍQUIDO	66.256	65.672					
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059					
Lucro por lote de mil ações em R\$	7.107,44	7.044,80					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2019	2018	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:							
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	111.056	118.096					
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	3.894	648					
Depreciações e Amortizações	575	524					
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.814	98					
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1)	26					
Outros	(1)	26					
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	114.950	118.744					
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.594)	(30.826)					
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	268	(5.611)					
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(15.200)	(21.754)					
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(85.136)	(59.297)					
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	2.288	1.256					
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:							
Alienação de Imobilizado de Uso		69					
Aquisição de Imobilizado de Uso	(522)						
Aquisição de Intangíveis	(417)	(240)					
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(939)	(171)					
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:							
Dividendos Pagos	(1.172)	-					
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.172)	(781)					
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	177	324					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	317	645					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	494	321					
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	177	324					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contábeis pelo critério pro rata die e calculadas com base no método proporcional, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Títulos e valores mobiliários - Classificação
Títulos para negociação - são aqueles negociados com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são sempre reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais decorrentes é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários decorrentes de operações realizadas quando da utilização e/ou reversão de provisões para perdas por redução do valor recuperável são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada até o fim de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
f) Despesas antecipadas
São registradas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.
Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.
g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
h) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.
É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
i) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.
É composto por:
• Software
São registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.
j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CNM e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a entidade;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

continua...

...continuação



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	30.096	32.437
Impostos e contribuições a recolher	7.804	5.140
Provisão para impostos e contribuições (Nota 20c)	258	288
Total	38.158	37.865

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Provisão para participações nos lucros e resultados	17.783	13.898
Provisão para pagamentos a efetuar	9.052	12.036
Provisões fiscais (Nota 10b)	8.884	6.138
Outras provisões	1.391	972
Obrigações por aquisição de bens e direitos	393	229
Provisões civis e trabalhistas (Nota 10b)	220	323
Total	37.723	33.596

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 290.000 mil (2018 - R\$ 290.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (2018 - 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	9.322.059	9.322.059	250.000	190.000
Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1)	-	-	40.000	60.000
Saldo em 30 de junho	9.322.059	9.322.059	290.000	250.000

(1) Em 30 de maio de 2019, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2019 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 40.000 mil, sem emissão de ações. Em 30 de maio de 2018, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2018 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária de R\$ 54.000 mil e Legal de R\$ 6.000 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Reservas de lucros	348.651	265.880
- Reserva legal (1)	24.671	18.473
- Reservas estatutárias (2)	323.980	247.407

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2019	2018
Lucro líquido	66.256	65.672
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(3.313)	(3.284)
Base de cálculo	62.943	62.388
Dividendos propostos	629	624
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	67,47	66,94

e) Lucro por ação

O lucro por ação líquido é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 186.816 mil (2018 - R\$ 180.888 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios.

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos	23.013	20.418
Participação dos empregados nos lucros	16.547	14.433
Encargos sociais	9.440	8.846
Benefícios	7.078	7.739
Treinamento	156	65
Total	56.234	49.501

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Comunicações	6.221	5.406
Propaganda, promoções e publicidade	2.331	974
Processamento de dados	2.111	1.840
Serviços técnicos especializados	1.367	1.228
Aluguéis	1.356	1.215
Serviços de terceiros	1.212	882
Viagens	637	604
Depreciações e amortizações	575	524
Manutenção e conservação de bens	213	200
Transportes	216	206
Despesas de material	83	103
Outras	1.227	1.306
Total	17.549	14.488

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Contribuição à Cofins	8.749	9.283
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	4.664	3.273
Contribuição ao PIS	1.454	4.626
Impostos e taxas	839	734
Total	15.706	15.016

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Outras receitas financeiras	148	35
Recuperação de ativos e despesas	21	2
Reversão de provisões trabalhistas	-	7
Outras	-	489
Total	176	533

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Constituição de provisões fiscais	2.288	-
Ressarcimentos a clientes	1.064	136
Despesas financeiras	839	6
Atualização monetária de provisões trabalhistas e fiscais	533	68
Outras provisões	504	26
Multas	312	-
Provisão trabalhista	-	103
Indenizações pagas	-	51
Outras	38	19
Total	5.578	409

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião
Em termos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nossos controles internos que ela determinou com base, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Disponibilidades (1)	494	645	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar (2)	629	624	-	-

	Controlador		Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de alugueis				
(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e			(1.341)	(1.215)
(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.				

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar abertos dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.736 mil (2018 - R\$ 6.400 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 2.981 mil (2018 - R\$ 6.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar abertos dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos	3.354	1.647
Total	3.354	1.647

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.503	2.196
Total	1.503	2.196

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	111.056	118.096
Encargo total com imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e)	(44.422)	(53.143)
Preto no cálculo dos tributos	(44.422)	(53.143)
Despesas indutíveis liquidas de receitas não tributáveis	(953)	(932)
Outros valores (1)	575	1.651
Imposto de renda e contribuição social do período	(44.800)	(52.424)

(1) Inclui basicamente as deduções incontinentes.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(39.697)	(42.732)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	(5.103)	(9.692)
Total	(44.800)	(52.424)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 30.6.2019
Provisão para participações no lucro/bonificações	13.445	7.113	(12.804)	7.754
Provisões civis	355	355	(355)	-
Provisões fiscais	1.686	876	(5)	2.561
Provisões trabalhistas	87	6	(5)	88
Outros	1.772	1.991	(925)	1.838
Total dos créditos tributários (Notas 3e e 6b)	17.344	8.986	(14.089)	12.241
Obrigações tributárias (Nota 11)	65	225	(32)	258
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	17.119	8.953	(14.089)	11.983

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		R\$ mil
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	703	422	1.125
2020	2.028	1.217	3.245
2021	2.028	1.217	3.245
2022	2.095	1.257	3.352
Após 2022	742	445	1.187
Total	7.651	4.590	12.241

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 11.571 mil (2018 - R\$ 11.983 mil). Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização.

A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.596/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - RI);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (RI);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - RI); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - F-RI).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá apro